



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MS

ANEXO I

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico, conforme versão julho/2020, apresenta-se como anexo esse termo, elaborado pelo responsável técnico pelo Termo de Referência, no qual especifica-se os pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não será admitida a participação de sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

2.2. Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tem formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto desta licitação é a execução de serviços de adequações físicas necessárias para atendimento dos PSCIP's aprovados no corpo de bombeiros de todas as unidades da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul. O levantamento de quantidades baseou-se em levantamentos das unidades realizado em 2018. Algumas intervenções ou ajustes nos ambientes pode ter gerado pequenas diferenças nas quantidades a serem utilizadas. Para a aprovação dos projetos foi contratada uma empresa especializada que realizou todos os levantamentos necessários e elaborou o projetos para aprovação no corpo de bombeiros. Esse processo de elaboração de projetos e aprovação no corpo de bombeiros levou quase dois anos. Dentre os serviços contratados à época estão os seguintes:

- a) Estudos e Levantamentos Técnicos e Elaboração de Laudos;
- b) Desenvolvimento dos Projetos de "As Built" da obra existente no que se refere a Arquitetura, Quadros Elétricos e GLP e Entrega dos Laudos;
- c) Desenvolvimento dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Sistemas de Proteção Contra descargas Atmosféricas (SPDA);
- d) Protocolo dos Projetos de Prevenção e Combate à Incêndio e Pânico no Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul e acompanhamento de todas as etapas de aprovação;
- e) Entrega dos projetos aprovados, acompanhados das planilhas orçamentárias, cadernos de encargos, memoriais descritivos e demais documentos necessários para a licitação da

obra de execução dos serviços de Prevenção e Combate à Incêndio e Pânico das edificações envolvidas.

3.2. Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

3.3. Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução – Empreitada por **Preço Global**. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:

“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras”;

3.4. Por se tratar de um serviço comum de engenharia, em que os projetos executivos foram contratados separadamente e desenvolvidos por empresa de engenharia especializada, que levantou os quantitativos de serviços com boa margem de precisão, o regime de execução por preço global torna-se o mais adequado a presente licitação.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O objeto da licitação é a execução de pintura externa de edificações. Porém, do ponto de vista técnico apenas o gerenciamento seria objeto de vedação para subcontratação, haja vista a responsabilidade da empresa na entrega de todos os serviços.

4.2. Diante do exposto, e em consonância, não se apresenta óbices quanto à subcontratação, de modo a não ultrapassar o percentual expresso no Termo de Referência de 30%, visto que todos os atos da mesma serão igualmente fiscalizados e atestados por fiscal técnico do contrato.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

5.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica em nome da Empresa, expedida pelo CREA (Conselho Regional Engenharia e Agronomia), dentro do seu prazo de validade, da qual conste a habilitação para desempenho de atividades compatíveis com os serviços e fornecimento de equipamentos deste objeto e a relação dos seus responsáveis técnicos. Também serão aceitas as Certidões expedidas pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

5.1.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica registrados no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas:

5.1.2.1. Para a SR/PF/MS - Execução de instalações de incêndio em obra de no mínimo 2.800m², incluindo serviços de execução de tubulações para incêndio, instalação de hidrantes, bombas centrífugas para combate a incêndio e extintores e execução de SPDA;

5.1.3. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a seguir discriminadas:

- I - Responsáveis Técnicos (RT), nas áreas de arquitetura ou engenharia civil;
- II - Especificar instalações físicas, aparelhamento específico, equipamentos, softwares licenciados, etc., para o atendimento ao objeto contratado nas cidades indicadas.

5.1.4. **Não será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

5.2. *CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL*

5.2.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto:

5.2.1.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação conforme item 5.1.2.

5.2.1.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

- a) O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b) O administrador ou o diretor;
- c) O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e
- d) O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

5.2.2. **Será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-profissional exigida.

5.3. A qualificação técnica operacional se faz necessária em razão da necessidade de contratação de empresas especializadas com experiência de execução de serviços de engenharia que exijam cumprimento de prazo, execução com prédio vivo (ocupado), serviços em altura (necessidade atendimento às normas), conhecimento técnico de instalações para incêndio (como rede de hidrantes, bombas, instalação de extintores, sinalização e iluminação de emergência, entre outros) sobre técnicas de execução de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), gerenciamento de canteiros de obra com equipes multidisciplinares, dentre outros.

5.4. A proibição de somatório de atestados em relação a capacidade Técnica Operacional se faz necessária tendo em vista que os prédios onde serão executados os serviços não serão desocupados. A rotina de execução das atividades policiais deverá ser o mínimo possível prejudicada, exigindo experiência da Contratada com execução de serviços semelhantes.

5.5. Outro ponto que vale a pena destacar, é que a execução de serviços em edificações de pequeno porte não é semelhante a execução de serviços em edificações de grande porte. A execução de serviços nestas, envolvem técnicas que em muitas vezes não estão presentes naquelas, tais como: trabalhos em altura, gerenciamento de grandes equipes, planejamento adequado, logística adequada para compra de materiais, dentre outros. Portanto, a restrição se torna necessária na presente licitação.

6. **VISTORIA**

6.1. As licitantes interessadas na licitação poderão agendar uma vistoria técnica, previamente agendada, in loco, através de profissional técnico representante da empresa o qual inspecionará o local dos serviços e cercanias, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade,

toda a informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados à visita e inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

6.1.1. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, das 9h às 16h, mediante agendamento pelo telefone: (67) 3368-1183 - Grupo Técnico em Edificações - GTED/SELOG/SR/PF/MS e comparecimento no endereço de execução dos serviços conforme abaixo:

6.1.1.1. SR/PF/MS - R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / MS;

6.1.2. Por ocasião da vistoria, em se tratando de área de segurança, será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório. Será disponibilizado para visualização todas as plantas e arquivos, não sendo permitido porém cópia dos mesmos. Os arquivos serão entregues apenas a vencedora do certame licitatório mediante assinatura de Termo de Confidencialidade e Responsabilidade dos dados recebidos.

6.1.2.1. Durante a realização da(s) vistoria(s), o representante da empresa será acompanhado por servidor designado para tal fim;

6.1.2.2. Todas as regras de permanência e segurança em ambiente policial deverão ser respeitadas sob orientação do servidor que acompanhará a vistoria.

6.1.3. Para visualização dos arquivos, a empresa deverá comparecer no local de vistoria, ou seja, na R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / MS, setor GTED/SELOG/SR/PF/MS, pois é onde fica localizado o grupo de engenharia da Polícia Federal no estado de Mato Grosso do Sul.

6.1.3.1. Os locais que sofrerão as intervenções estão estipulados nos arquivos do projeto, portanto é primordial a realização de visita técnica no GTED/SELOG/SR/PF/MS como forma de se interagir a respeito de todas as condicionantes para a realização dos serviços.

6.1.4. A vistoria deverá ser realizada por pessoa especialmente credenciada como representante da licitante;

6.1.5. O Termo de Vistoria poderá ser substituído por Declaração emitida do Responsável Técnico de que possui pleno conhecimento do objeto;

6.1.6. Em nenhuma hipótese a Adjudicatária poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;

6.1.7. Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma licitante;

6.2. A vistoria não será obrigatória em razão das diversas localidades de execução dos serviços e como forma de tornar a licitação menos restritiva, porém é de suma importância a realização da mesma tendo em vista que as edificações, no geral, não estavam com o PSCIP aprovado, bem como não atendiam a alguns aspectos da legislação. Por outro lado, já existiam alguns sistemas de prevenção a incêndio, que foram considerados no projeto. Desta forma, as empresas interessadas poderão, durante a vistoria, conhecer, com a tranquilidade devida, o local de realização dos serviços, levantar in loco os aspectos de logística intrínsecos da área onde os serviços serão realizados, bem como pesquisar os fatores que possam chegar a influenciar no desenvolvimento dos trabalhos durante a execução dos serviços de engenharia não sendo aceitos o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados dos projetos.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

7.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que esta não é a regra a ser observada pela Administração nas licitações, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

7.2. Vale aqui esclarecer que o parcelamento dos serviços a serem executados em um determinado município é tecnicamente inviável pois traria descontinuidades perigosas à eficácia de execução dos serviços pois um é interdependente de outro e a não execução de um poderia acarretar na não execução de outro. Nesse sentido, Fernandes, 2010, escreveu: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos”.

7.3. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução dos serviços de adequações físicas necessárias para atendimento do PSCIP aprovado no corpo de bombeiros para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, é extremamente inviável a separação dos serviços por lotes de serviços ou edificações.

7.4. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, o fornecimento de peças e a execução dos serviços especializados poderão ser objetos de subcontratação.

7.5. Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta pela contratação única dos serviços (não dividido em lotes) de adequações físicas necessárias para atendimento do PSCIP aprovado no corpo de bombeiros, visando assim um resultado final completo e satisfatório.

8. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA

8.1. Em se tratando da realização de serviços de adequações físicas necessárias para atendimento do PSCIP aprovado no corpo de bombeiros, onde não haverá a realização de qualquer tipo de modificação arquitetônica nas edificação, com exceção dos ajustes necessários em alguns casos (rede de hidrantes, instalação de extintores, sinalização e iluminação de emergência, guarda-corpos e corrimãos), não se aplica a necessidade de realização de projetos executivos pela contratada.

8.2. Na verdade, os projetos apresentados podem ser classificados como executivos, salvo melhor entendimento, pois apresentam todas as informações necessárias para a completa execução do objeto da licitação.

9. SUSTENTABILIDADE

9.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência foram verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 2ª edição, setembro/2019, aplicáveis a presente contratação.

9.2. Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010, os projetos consideraram o uso de materiais e equipamentos que irão reduzir o impacto ambiental, tais como:

9.2.1. Utilização de equipamentos de climatização mecânica com baixo consumo de energia, e serão instalados em ambientes realmente indispensáveis;

9.2.2. Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;

9.2.3. Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;

9.2.4. Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

9.3. A LICITANTE contemplada deverá seguir recomendações constante no anexo VI e legislações vigentes.

9.4. A LICITANTE deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante nos anexos do Termo de Referência, documento este, integrante da proposta.

10. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

10.1. Não aplicável a presente licitação em razão da impossibilidade de aferição da qualidade do serviço prestado. A natureza do serviço desta licitação não exige análise de resultado.

10.2. Apesar de não ser aplicável o IMR, a qualidade de execução dos serviços deverá ser analisada pela fiscalização conforme especificado no Anexo II deste Termo de Referência e conforme normas em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **GERSON MAGGI, Agente de Polícia Federal**, em 14/06/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19084209** e o código CRC **0CACA4B8**.